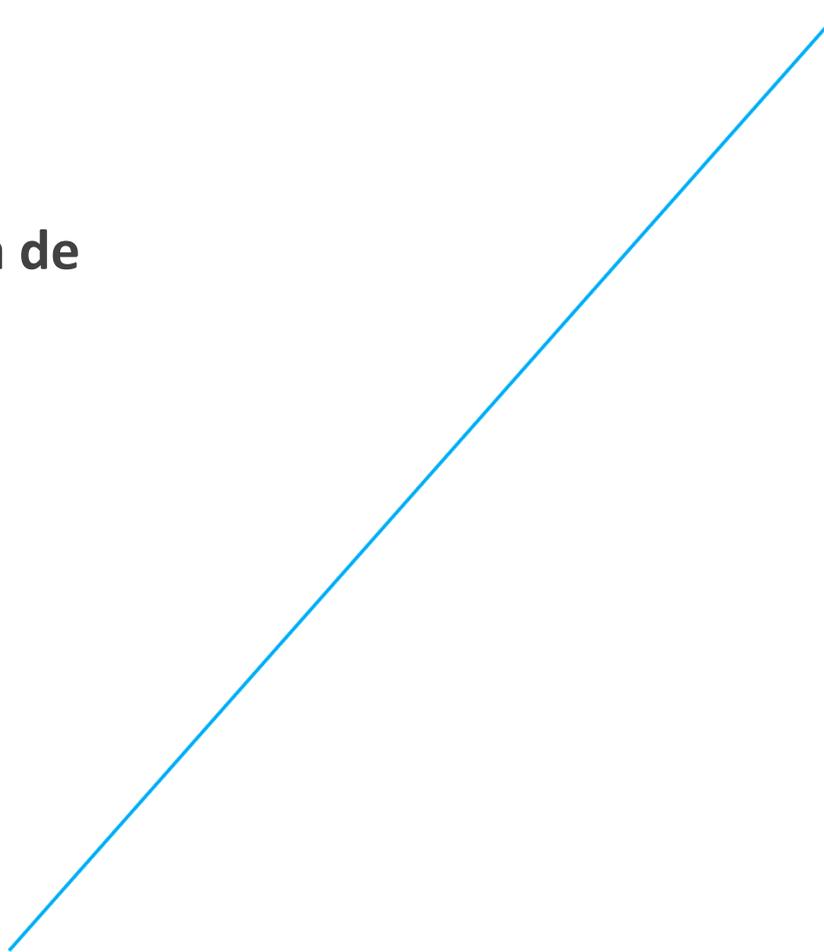
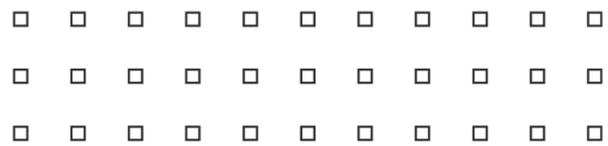




Pan Administradora de  
Consórcio Ltda.



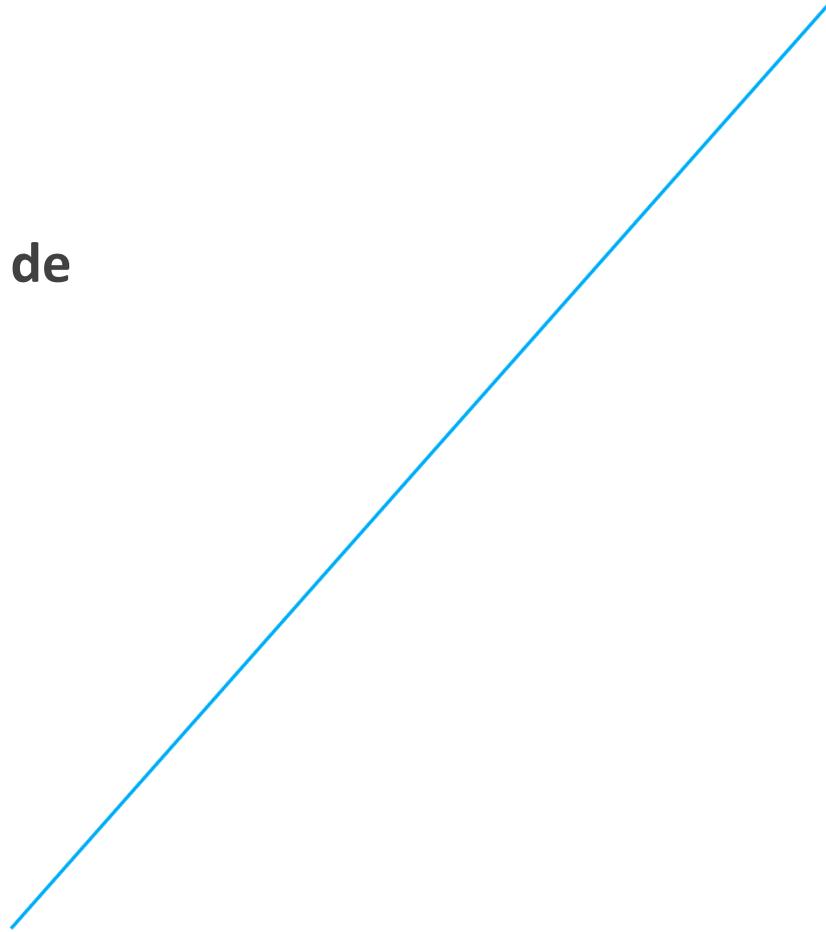
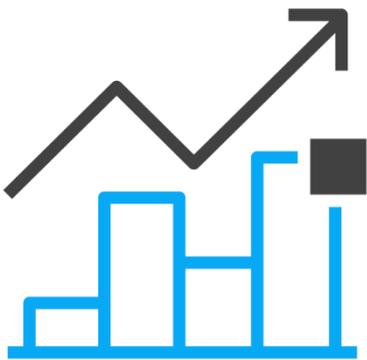
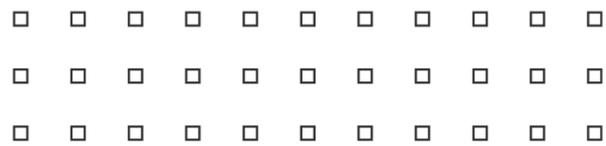
# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**1º Semestre de 2022**





Pan Administradora de  
Consórcio Ltda.



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**1º Semestre de  
2022**



## **SENHORES COTISTAS,**

A Administração da Pan Administradora de Consórcio Ltda. ("Pan Consórcio" ou "Administradora") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2022, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e demais normas estatutárias.

## **CENÁRIO ATUAL**

A Pan Administradora de Consórcio Ltda. é uma empresa de capital fechado, controlada pelo Banco PAN S.A. ("Banco"), que detém 99,99% de seu capital total, e tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente automóveis e imóveis, por meio de autofinanciamento.

## **RESULTADOS**

### **Prestação de Serviços**

No 1º semestre de 2022, a receita de prestação de serviços foi de R\$ 404 mil, frente aos R\$ 855 mil do 1º semestre de 2021.

### **Custos e Despesas**

No 1º semestre de 2022, as despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 550 mil, frente aos R\$ 536 mil do 1º semestre de 2021.

### **Lucro Líquido**

No 1º semestre de 2022, o lucro líquido totalizou R\$ 1,9 milhão, frente ao lucro líquido de R\$ 771 mil do 1º semestre de 2021.

### **Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido da Pan Consórcio totalizou R\$ 79,7 milhões em junho de 2022, frente aos R\$ 77,8 milhões em dezembro de 2021.

## **AUDITORES INDEPENDENTES**

As Demonstrações Contábeis da Administradora passaram a ser auditadas, a partir do 1º semestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Pan Consórcio não contratou e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa neste período. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

São Paulo, 02 de agosto de 2022.



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2022	31/12/2021		Nota explicativa	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	22	13	Provisões	8	1.681	1.786
Instrumentos financeiros		75.224	76.379	Obrigações fiscais	9	964	844
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.390	4.559	Correntes		964	844
Aplicações no mercado aberto		1.338	4.508	Outros passivos		2.122	5.711
Aplicações em depósitos de poupança		52	51	Sociais e estatutárias		144	156
Títulos e valores mobiliários	6	73.834	71.820	Obrigações com grupos de consórcio	10.a	1.324	5.059
Carteira própria		73.834	71.820	Diversos	10.b	654	496
Ativos fiscais		2.021	2.232				
Correntes		1.449	1.625				
Diferidos	19.b	572	607				
Outros ativos		6.925	7.244	Patrimônio líquido		79.683	77.792
Créditos específicos	7.a	-	617	Capital social:			
Diversos	7.b	6.925	6.627	De domiciliados no País	11	42.388	42.388
Outros valores e bens		135	126	Reservas de lucros		35.404	35.404
Despesas antecipadas		135	126	Lucros acumulados		1.891	-
Intangível	23.a	123	139				
Ativos intangíveis		901	901				
(Amortizações acumuladas)		(778)	(762)				
Total do Ativo		84.450	86.133	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		84.450	86.133

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



**PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por cota)

	Nota explicativa	30/06/2022	30/06/2021
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>3.885</b>	<b>886</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.885	886
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>3.885</b>	<b>886</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>(1.101)</b>	<b>259</b>
Receitas de prestação de serviços	12	404	855
Despesas de pessoal	13	(37)	(66)
Outras despesas administrativas	14	(513)	(470)
Despesas tributárias	15	(239)	(148)
Despesas de provisões	16	(1.009)	(51)
Outras receitas/(despesas) operacionais	17	293	139
<b>Resultado operacional</b>		<b>2.784</b>	<b>1.145</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>18</b>	<b>63</b>	<b>4</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>2.847</b>	<b>1.149</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>19</b>	<b>(956)</b>	<b>(378)</b>
Provisão para imposto de renda		(673)	(119)
Provisão para contribuição social		(247)	(47)
Ativo fiscal diferido		(36)	(212)
<b>Lucro Líquido</b>		<b>1.891</b>	<b>771</b>
<b>Lucro líquido por cota - em R\$</b>		<b>0,04</b>	<b>0,02</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



**PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**  
(Em milhares de reais - R\$)

	30/06/2022	30/06/2021
<b>Lucro líquido</b>	<b>1.891</b>	<b>771</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>1.891</b>	<b>771</b>
Atribuível a:		
Sócios controladores	1.891	771

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de Lucros			Total
		Legal	Especiais de lucros	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>42.388</b>	<b>1.939</b>	<b>30.570</b>	<b>-</b>	<b>74.897</b>
Lucro líquido	-	-	-	771	<b>771</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2021</b>	<b>42.388</b>	<b>1.939</b>	<b>30.570</b>	<b>771</b>	<b>75.668</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>42.388</b>	<b>2.091</b>	<b>33.313</b>	<b>-</b>	<b>77.792</b>
Lucro líquido	-	-	-	1.891	<b>1.891</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2022</b>	<b>42.388</b>	<b>2.091</b>	<b>33.313</b>	<b>1.891</b>	<b>79.683</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**  
(Em milhares de reais - R\$)



	Nota explicativa	30/06/2022	30/06/2021
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
<b>Lucro Líquido</b>		<b>1.891</b>	<b>771</b>
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	14	16	16
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e tributárias	8	1.009	51
Imposto de renda e contribuição social - diferido		36	212
<b>Resultado líquido ajustado</b>		<b>2.952</b>	<b>1.050</b>
<b>Varição de Ativos e Passivos:</b>			
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		3.170	2.209
Aumento em títulos e valores mobiliários		(2.014)	(6.087)
Redução em ativos fiscais		175	6.770
Redução em outros ativos		319	1.053
(Aumento) em outros valores e bens		(9)	(17)
(Redução) em provisões		(1.114)	(674)
Aumento/(Redução) em obrigações fiscais		905	(6.312)
(Redução) em outros passivos		(3.589)	(2.233)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(785)	(709)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Usado) nas Atividades Operacionais</b>		<b>10</b>	<b>(4.950)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento:</b>			
Cessão de direitos		-	4.971
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento</b>		<b>-</b>	<b>4.971</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>10</b>	<b>21</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>		<b>64</b>	<b>19</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período</b>		<b>74</b>	<b>40</b>
<b>Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa</b>			
Juros recebidos		236	62

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



## 1) Contexto operacional

A Pan Administradora de Consórcio Ltda. (Administradora) é uma empresa que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis e imóveis. É uma empresa controlada pelo Banco PAN, tendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativo e operacional do Banco PAN. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições.

Em maio de 2020 a Pan Administradora de Consórcio Ltda. concretizou a cessão e transferência da administração de grupos ativos de consórcio, motivo pelo qual as demonstrações dos grupos não estão sendo apresentadas.

## 2) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN e Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), quando aplicável.

As demonstrações contábeis, referentes ao período findo em 30/06/2022, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 02/08/2022.

## 3) Principais práticas contábeis

### a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Administradora.

### b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados. As receitas de taxa de administração são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio.

### c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

### d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:



- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado, quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

#### **e) Imobilizado:**

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Administradora.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

#### **f) Intangível:**

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administradora ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por gastos com aquisição e desenvolvimentos logiciais. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

#### **g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):**

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

#### **h) Obrigações:**

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelos títulos e valores mobiliários em que os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas na conta “Obrigações com grupos de consórcio” (nota 10.a).

**i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- Provisões – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis ou remotas, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

**j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):**

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

**k) Lucro por cota:**

O lucro por cota é calculado com base nas quantidades de cotas, nas datas das demonstrações contábeis.

**l) Uso de estimativas contábeis:**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; e (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

**m) Classificação de resultado recorrente e não recorrente:**

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2, de 12/08/2020, a Administradora classifica o resultado recorrente e não recorrente, em notas explicativas, de acordo com a política contábil aprovada pela diretoria, que se baseia na segregação dos eventos não recorrentes que ocorreram e contribuíram para o resultado, que não



estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Pan Administradora de Consórcio Ltda..

#### n) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos Órgãos de administração. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

#### 4) Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidade em moeda nacional	22	13
Aplicações em depósitos de poupança	52	51
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>64</b>
<b>Circulante</b>	<b>74</b>	<b>64</b>

#### 5) Aplicações interfinanceiras de liquidez

##### a) Composição e prazos:

	Circulante		Não Circulante	30/06/2022	31/12/2021
	Até 30 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>					
<b>Posição bancada</b>	-	-	1.338	1.338	4.508
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	1.338	1.338	4.508
<b>Aplicações em depósitos de poupança</b>	52	-	-	52	51
<b>Total em 30/06/2022</b>	52	-	1.338	1.390	51
<b>Total em 31/12/2021</b>	51	156	4.352	-	4.559

#### 6) Títulos e valores mobiliários

	Circulante		Não Circulante		30/06/2022	31/12/2021
	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Certificados de depósito bancário – CDBs (a)	13.560	23.060	12.876	24.338	73.834	71.820
<b>Total em 30/06/2022</b>	13.560	23.060	12.876	24.338	73.834	-
<b>Total em 31/12/2021</b>	-	-	36.453	35.367	-	71.820

(a) Referem-se a títulos pós-fixados indexados à taxa de juros dos Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI.



## 7) Outros ativos

### a) Créditos específicos:

	30/06/2022	31/12/2021
Valores pendentes de recebimento em cobrança judicial	-	573
Bens retomados após encerramento	-	44
<b>Total (Nota 10.a)</b>	<b>-</b>	<b>617</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>617</b>

### b) Diversos:

	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais e fiscais	6.145	5.837
Cotas de grupos de consórcio (a)	388	388
Empréstimos a grupos de consórcio	203	215
Adiantamento para custas judiciais	99	99
Outros	90	88
<b>Total</b>	<b>6.925</b>	<b>6.627</b>
<b>Circulante</b>	<b>778</b>	<b>790</b>
<b>Não circulante</b>	<b>6.147</b>	<b>5.837</b>

(a) Referem-se à aquisição de cotas de grupos de consórcio pela Administradora, as quais serão as últimas a serem contempladas dentro dos grupos.

## 8) Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

### a) Provisões classificadas como perda provável:

A Administradora é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

### b) Processos trabalhistas:

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. Para os casos em fase de conhecimento, a provisão é constituída com base em índice histórico de perda dos processos pagos nos últimos 24 meses. Os processos com decisão judicial desfavorável são liquidados e provisionados de acordo com a respectiva fase processual.

### c) Processos cíveis:

São processos que têm por objeto uma obrigação de fazer ou uma obrigação de não fazer e/ou obrigação de dar em face de uma ou mais empresas do Grupo, ações essas classificadas como ações revisionais ou indenizatórias.



Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

#### I. Provisões segregadas por natureza:

	30/06/2022	31/12/2021
Processos cíveis	1.418	1.541
Processos trabalhistas	263	245
<b>Total</b>	<b>1.681</b>	<b>1.786</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.681</b>	<b>1.786</b>

#### II. Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>1.541</b>	<b>245</b>	<b>1.786</b>
Constituição líquida de reversão	982	27	1.009
Baixas por pagamento	(1.105)	(9)	(1.114)
<b>Saldol em 30/06/2022</b>	<b>1.418</b>	<b>263</b>	<b>1.681</b>

### 9) Obrigações fiscais

#### a) Correntes:

	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	919	802
COFINS a recolher	36	31
PIS a recolher	6	5
Impostos e contribuições sobre salários	2	2
ISS – Imposto sobre serviços a recolher	1	2
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	-	2
<b>Total</b>	<b>964</b>	<b>844</b>
<b>Circulante</b>	<b>964</b>	<b>844</b>

### 10) Outros passivos diversos

#### a) Obrigações com grupos de consórcio:

	30/06/2022	31/12/2021
Recursos não procurados – grupos (Nota 3.h)	1.324	4.442
Recursos pendentes de recebimento em cobrança judicial (Nota 7.a)	-	617
<b>Total</b>	<b>1.324</b>	<b>5.059</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.324</b>	<b>4.442</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>617</b>

**b) Diversos:**

	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações com consorciados – valores não identificados	434	434
Depósitos judiciais a processar	187	19
Provisão para pagamentos a efetuar	33	43
<b>Total</b>	<b>654</b>	<b>496</b>
<b>Circulante</b>	<b>654</b>	<b>496</b>

**11) Patrimônio Líquido****a) Capital Social:**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 42.388 em 30/06/2022 e 31/12/2021, e está representado por 48.168.122 cotas, no valor nominal de R\$ 0,88 cada uma.

**b) Reservas de lucros:**

Reserva legal – Nos termos do Contrato Social, a Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Administradora. Ademais, a Administradora poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

**c) Dividendos mínimos:**

Aos sócios é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.

**12) Receitas de prestação de serviços**

	30/06/2022	30/06/2021
Taxa de permanência	404	832
Taxa de administração	-	23
<b>Total</b>	<b>404</b>	<b>855</b>

**13) Despesas de pessoal**

	30/06/2022	30/06/2021
Proventos	(19)	(50)
Benefícios (Nota 22)	(12)	(11)
Encargos sociais	(6)	(5)
<b>Total</b>	<b>(37)</b>	<b>(66)</b>



#### 14) Outras despesas administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Aluguéis	(258)	(221)
Serviços de terceiros	(214)	(213)
Outras despesas administrativas	(25)	(20)
Depreciações e amortizações	(16)	(16)
<b>Total</b>	<b>(513)</b>	<b>(470)</b>

#### 15) Despesas tributárias

	30/06/2022	30/06/2021
Contribuição à COFINS	(197)	(109)
Contribuição ao PIS	(34)	(21)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(8)	(17)
Impostos e taxas	-	(1)
<b>Total</b>	<b>(239)</b>	<b>(148)</b>

#### 16) Despesas de provisões

	30/06/2022	30/06/2021
(Provisão) de processos cíveis	(982)	(219)
(Provisão)/Reversão de processos trabalhistas	(27)	165
Reversão de processos tributários	-	3
<b>Total</b>	<b>(1.009)</b>	<b>(51)</b>

#### 17) Outras receitas/(despesas) operacionais

	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de despesas	258	81
Variação monetária ativa	176	244
Atualização dos recursos dos grupos encerrados	(143)	(173)
Outras	2	(13)
<b>Total</b>	<b>293</b>	<b>139</b>

#### 18) Resultado não operacional

	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de valores de grupos encerrados	63	4
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>4</b>



## 19) Imposto de Renda e Contribuição Social

### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2022	30/06/2021
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>2.847</b>	<b>1.149</b>
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(968)	(391)
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>		
Outros valores	12	13
<b>Total</b>	<b>(956)</b>	<b>(378)</b>

### b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2022
Provisão para contingências cíveis	524	341	(383)	482
Provisão para contingências trabalhistas	83	9	(3)	89
Outros créditos tributários	-	12	(11)	1
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>607</b>	<b>362</b>	<b>(397)</b>	<b>572</b>

### c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 30/06/2022, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. A referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foi aprovada em conjunto às demonstrações contábeis, pelo Conselho de Administração do Banco PAN S.A., em 02/08/2022.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias forem revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito, forem compensados. Para tanto, a Companhia adotou critérios previstos no CPC 32, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/2009 e a Instrução CVM nº 371/2002, no que a regra anterior não conflite com a norma posterior.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias		Total	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
2022	38	57	38	57
2023	128	126	128	126
2024	85	85	85	85
2025	84	79	84	79
De 2026 a 2029	237	260	237	260
<b>Total</b>	<b>572</b>	<b>607</b>	<b>572</b>	<b>607</b>

Em 30/06/2022 o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 360 (R\$ 381 em 31/12/2021).

## 20) Transações com partes relacionadas

### a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo Máximo	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
<b>Disponibilidades</b>		<b>5</b>	<b>8</b>	-	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	5	8	-	-
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		-	-	-	<b>69</b>
Banco PAN S.A.	-	-	-	-	69
<b>Certificado de depósito bancário – CDB</b>		<b>73.834</b>	<b>71.820</b>	<b>3.885</b>	<b>817</b>
Banco PAN S.A.	11/06/2025	73.834	71.820	3.885	817
<b>Dividendos a pagar</b>		<b>(144)</b>	<b>(144)</b>	-	-
Banco PAN S.A.	31/12/2022	(144)	(144)	-	-

## 21) Limite operacional – Acordo da Basileia

Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, das Demonstrações Contábeis do Banco PAN S.A. para a data base de 30/06/2022, o Banco BTG Pactual passou a exercer de forma individual o controle do Banco PAN, consequentemente, passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, que reporta de maneira oficial os indicadores de Capital ao Banco Central do Brasil. A partir de então, o PAN optou por realizar e informar os cálculos dos Limites Operacionais de forma “gerencial” (Pró Forma) a partir da data base de 31/12/2021, atendendo aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Em 30/06/2022, o índice de Basileia “pró-forma” do PAN é de 17,01%. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos e de capital podem ser consultados no site [www.btgpactual.com.br/ri](http://www.btgpactual.com.br/ri) na seção Governança Corporativa /Gerenciamento de Risco.

## 22) Benefícios a Empregados

Em linha com as melhores práticas de mercado, a Administradora oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou R\$ 12 no período findo em 30/06/2022 (R\$ 11 em 30/06/2021).

## 23) Outras Informações

- O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento logiciais, com prazo de amortização de 5 anos, sendo seu valor residual em 30/06/2022 de R\$ 123 e R\$ 139 em 31/12/2021.
- O PAN e suas empresas controladas, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar os impactos aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, consequentemente, sua operação. As ações consideraram a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes, e a Administração segue



gerenciando eventuais novos desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.



São Paulo, 02 de agosto de 2022.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Carlos Eduardo Pereira Guimarães  
Diogo Ciuffo da Silva  
Alex Sander Moreira Gonçalves

**DIRETORIA**

Carlos Eduardo Pereira Guimarães  
Dermeval Bicalho Carvalho  
Alex Sander Moreira Gonçalves  
Diogo Ciuffo da Silva  
Mauro Dutra Mediano Dias

**CONTADOR**

Rodney Fabiano Fernandes  
CRC 1SP270936/O-7

---

# ***Pan Administradora de Consórcio Ltda.***

***Demonstrações contábeis em  
30 de junho de 2022  
e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis***

Aos Administradores e Quotistas  
Pan Administradora de Consórcio Ltda.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações contábeis da Pan Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pan Administradora de Consórcio Ltda. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

---

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Pan Administradora de Consórcio Ltda.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

---

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

Pan Administradora de Consórcio Ltda.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev  
Contadora CRC 1SP245281/O-6